

Ulysses só irá ao Planalto se tiver maioria do PMDB

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, só negociará acordo com o presidente José Sarney sobre o sistema de governo se tiver certeza de que o PMDB aprovará no plenário. "Eu tenho responsabilidade, não vou ao Sarney sem a garantia de que a proposta tem o apoio da maioria", disse ao grupo de pemedebistas que reuniu em sua casa até a madrugada de ontem.

Ulysses convocou todas as correntes do partido: o grupo do líder na Constituinte, senador Mário Covas, representado pelos deputados Maurício Fruet (PR) e Nelson Jobim (RS); o *Centro Democrático* pelos deputados Expedito Machado (CE) e Ubiratan Aguiar (CE); o *Centraço* pelo deputado José Geraldo (MG); o empresariado, pelo senador Albano Franco (SE) e pelo deputado Ronaldo César Coelho (RS); e os presidencialistas, pelo senador Humberto Lucena (PB).

Estiveram na casa de Ulysses também os deputados Cid Carvalho (MA), ligado ao presidente Sarney, Fernando Coelho (PE) e Ailton Sandoval (SP), ligado ao governador Orestes Quércia; o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro; e o suplente Israel Pinheiro Filho (MG). O ex-ministro e atual secretário de Cultura do Rio, Raphael de Almeida Magalhães participou, bem como os ministros Renato Archer, da Previdência, Celso Furtado, da Cultura, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia.

Fim de semana — A reunião começou por volta de 22h e só depois da meia-noite, enquanto era servido o jantar, entrou em discussão o sistema de governo. Por sugestão de Ulysses, o primeiro debate foi a conveniência de se fazer a votação neste fim de semana. Depois de fazer um apelo para que os pemedebistas permanecessem em Brasília, Ulysses alertou: "Quanto mais as votações são postergadas, pior e mais perigoso para a Constituinte." O pedido foi atendido: ontem, no início da sessão, a Mesa anunciou a presença de 404 dos 559 constituintes, embora no plenário não houvesse mais de 20.

Foi um integrante do *Centraço* José Geraldo, o primeiro a romper o silêncio em torno da proposta do parlamentarismo já, com cinco anos de mandato. "Como é, o PMDB vai apertar o botão em plenário ou vai tentar o acordo e assumir uma posição?", perguntou, dizendo em seguida que nos últimos dois

dias as tendências no partido estavam confluindo para a proposta do parlamentarismo já com cinco anos de mandato.

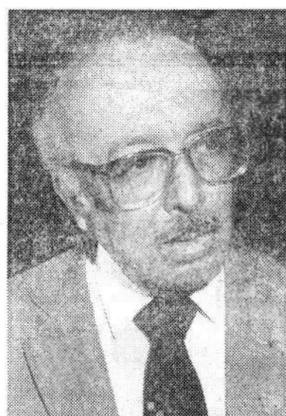
Todos concordaram que era bom fazer um acordo, mas Ulysses disse que não patrocinaria nenhuma proposta que não fosse majoritária no PMDB. Expedito Machado interferiu em seu favor, dizendo que, como presidente do partido, ele não poderia avançar sem que a bancada desse sustentação. Expedito e Ronaldo César Coelho propuseram, então, que o líder Mário Covas reunisse a bancada para apurar a posição majoritária. Ronaldo afirmou que dos 297 parlamentares pemedebistas, 250 apoiam o parlamentarismo.

Convenção — Maurício Fruet discordou, argumentando que a convenção nacional do partido, reunida em julho do ano passado, já havia decidido que o PMDB não fecharia questão em torno de sistema de governo e mandato do presidente. "A convenção é o órgão maior do partido e já decidiu que nessas questões a Constituinte é soberana. Uma reunião de bancada não pode decidir o contrário", argumentou.

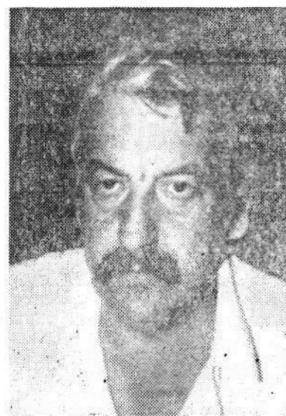
Humberto Lucena, autor da emenda presidencialista e que, publicamente, é contra qualquer tipo de acordo antes da primeira votação, admitiu até mesmo abrir mão de sua emenda "para não rachar o partido". Fez isso provocado por Ubiratan Aguiar, que argumentou: "Lucena, presidencialismo com quatro anos de mandato significa um confronto direto com o governo e presidencialismo com cinco anos, um choque de frente com a sociedade, que poderia redundar num grande movimento popular de protesto e seguramente racharia o PMDB. Sendo assim, você admitiria abrir mão de sua posição?". Lucena disse que sim.

Albano Franco e José Geraldo também fizeram um relato sobre a disposição do empresariado que, segundo eles, já aceita o parlamentarismo com cinco anos e Ulysses Guimarães como primeiro-ministro. José Geraldo, que juntou com empresários do Rio na segunda-feira, ouviu deles que se fosse para evitar eleições este ano, aceitavam o parlamentarismo.

A reunião de terça-feira foi a quarta realizada por pemedebistas para discutir sistema de governo, em seis dias. Para ontem à noite estava marcado um novo encontro, patrocinado por Ibsen Pinheiro, Genébaldo Corrêa, Fernando Coelho, Cid Carvalho e Ubiratan Aguiar, na casa da irmã de Israel Pinheiro Filho.



Humberto Lucena



Maurício Fruet



Ronaldo César



Expedito Machado

Sarney quer aparecer só no ato final

Na mais recente rodada de reuniões de ministros com o presidente José Sarney — ontem, presentes nove ministros — começou a ganhar corpo a ideia de que a única saída para evitar o impasse é, através de entendimento com as principais lideranças partidárias, de um lado o Palácio do Planalto acatar o parlamentarismo e, do outro, a Constituinte garantir cinco anos para o atual mandato presidencial. Esta é, aliás, a fórmula que começou a ser costurada na Constituinte pelo seu presidente, Ulysses Guimarães — só que com parlamentarismo já, não pós-Sarney.

Levada adiante sem o aval de alguns dos mais importantes líderes do PMDB, como Mário Covas, José Richa e Euclides Scalco — este até admitiu na intimidade deixar o partido se o entendimento se concretizar — a hipótese trabalhada por Ulysses encontrou receptividade na maior parte dos inquilinos da Esplanada dos Ministérios. Sar-

ney, que ainda não deu sinal verde para uma negociação — "não posso negociar mandato com sistema de governo. Isso seria barganha", tem dito ele — também não manifestou resistência, pois já disse que não será "obstáculo a qualquer fórmula de consenso encontrada pelas lideranças do Congresso", como informou o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Coincidência — O entendimento proposto por Ulysses Guimarães começou a ser estudado em sua residência do Lago Sul, anteontem à noite, em reunião com vários constituintes do PMDB. Antes, ele conversou reservadamente com o senador Fernando Henrique Cardoso, que tem dito a amigos que "o importante é o parlamentarismo" e que, para atingir esse objetivo, pode até abrir mão dos quatro anos de mandato. Quando o Planalto conheceu a proposta de Ulysses — e percebeu que ela coincidia com as avaliações dos ministros e lideranças do governo, segundo as quais o mandato e o sistema de governo serão decididos por poucos votos, salvo em caso de acordo — a tese de entendimento começou a crescer.

Um ministro, presente à reunião de ontem com Sarney, disse que, após mais uma avaliação da variação de votos, ficou claro que era impossível ao governo entrar numa disputa que, por

ser muito difícil, poderá trazer enorme desgaste. Ficou então evidente que o melhor caminho é o do entendimento. Só que, preocupado em ser publicamente acusado de negociar em proveito próprio, Sarney se recusa a participar pessoalmente de qualquer negociação nesta fase. Segundo um amigo do Planalto, o presidente pretende que as coisas amadureçam sem a sua intervenção pessoal, e ele só apareça no último ato, para homologar um acordo oriundo das lideranças partidárias.

A tese do entendimento atraiu a Brasília alguns governadores, como o de Goiás, Henrique Santillo, que passou a defendê-la. A bancada goiana já fechou na véspera um acordo, juntamente com a bancada do Ceará, durante encontro na casa do ministro da Saúde, Borges da Silveira, um dos mais assíduos frequentadores das reuniões promovidas por Sarney para analisar a estratégia governamental nas questões do mandato e sistema de governo.

Desespero — Se animou alguns ministros, como Borges da Silveira, que se arriscou a bancar o acordo com as duas bancadas antes do sinal verde do Planalto, a possibilidade de um entendimento não agrada a outros, entre eles o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para quem o governo deve "bater voto" em

defesa dos cinco anos e do presidencialismo.

O mais atento acompanhante da evolução dos votos na Constituinte com gabinete no Planalto, o coordenador parlamentar Henrique Hargreaves, também não reagiu bem à possibilidade de acordo. "Não temos nada a ver com aquilo, não", disse ele referindo-se à proposta de Ulysses Guimarães. "Vai dar cinco anos e estamos lutando pelo presidencialismo", continuou, acrescentando: "Isso é desespero de causa. Quem tem segurança não busca negociação". Nas contas de Hargreaves, a questão do mandato está fácil para o Planalto — "temos mais votos do que precisamos" — enquanto no item sistema de governo há equilíbrio. Mesmo assim, disse ele, não existe orientação do presidente Sarney para qualquer negociação, "porque não se trata de barganha".

No Planalto, há expectativa de que o acordo possa ser celebrado até a próxima terça-feira, quando só então, esperam, será votado o sistema de governo. Pelos cálculos dos assessores mais próximos de Sarney, se o tema for à votação no domingo, como quer Ulysses, crescem as possibilidades de ocorrer um buraco negro, o que, se por um lado pode apressar a negociação entre governo e Constituinte, por outro pode trazer um desgaste muito grande.

Emenda contra concessão para deputado não passa

BRASÍLIA — Pelo menos 39 constituintes legislaram em causa própria ontem ao votarem contra proposta do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ) que proibia, pela Constituição, que deputados e senadores recebessem concessão para exploração de canais de rádio e televisão na vigência do mandato ou suplência. A emenda foi derrotada por 238 votos a 171 e 23 abstenções. A proibição se estendia a cônjuge, filhos, irmãos, pais ou sócios. Segundo levantamento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) junto ao Ministério das Comunicações, 75 dos atuais constituintes possuem canais de rádio e televisão ou têm parentes ou sócios que possuem. Dos 75, só 10 votaram a favor da emenda, seis se abstiveram e 20 não estavam no plenário.

O principal argumento dos 238 constituintes que votaram contra a proposta foi o texto da Constituição já aprovado que dá competência exclusiva ao Congresso Nacional para decidir sobre as concessões e renovação dessas concessões. "Se o deputado e o senador decidir no voto se concede uma emissora de rádio ou televisão, o próprio deputado ou senador não pode ser candidato a esta concessão ou renovação. É antiético. A proibição dará um mínimo de coerência e legitimidade à decisão do Congresso", argumentou da tribuna o deputado José Genoíno (PT-SP).

Causa própria — O autor da proposta, deputado Arthur da Távola, lembrou que as atuais concessões eram direito adquirido e que perma-

neceriam. O mesmo argumento foi utilizado pelo relator Bernardo Cabral para dar parecer favorável à proposta. "A emenda garante o que já têm e seu conteúdo é moralizante porque o parlamentar não poderá pleitear mais e legislar em causa própria".

O deputado Gerson Peres (PDS-PA) que tem a concessão da Rádio Tocantins, em seu estado, foi à tribuna para dizer que a emenda pretendia prejudicar atitudes dos deputados beneficiados: "Um deputado não é um vagabundo, não é um negociante", disse.

O deputado Messias Soares (PTR-RJ) anunciando não ser proprietário de nenhuma rádio ou canal de televisão disse que a emenda era discriminatória e pediu a sua rejeição, para que os constituintes tivessem "um pouco de respeito por si mesmos". Enquanto o deputado Arthur da Távola defendia sua emenda, o deputado Luís Eduardo Magalhães, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, sócio da TV Bahia, deu as costas para o autor da proposta e gesticulou para o *Centraço* pedindo o voto negativo.

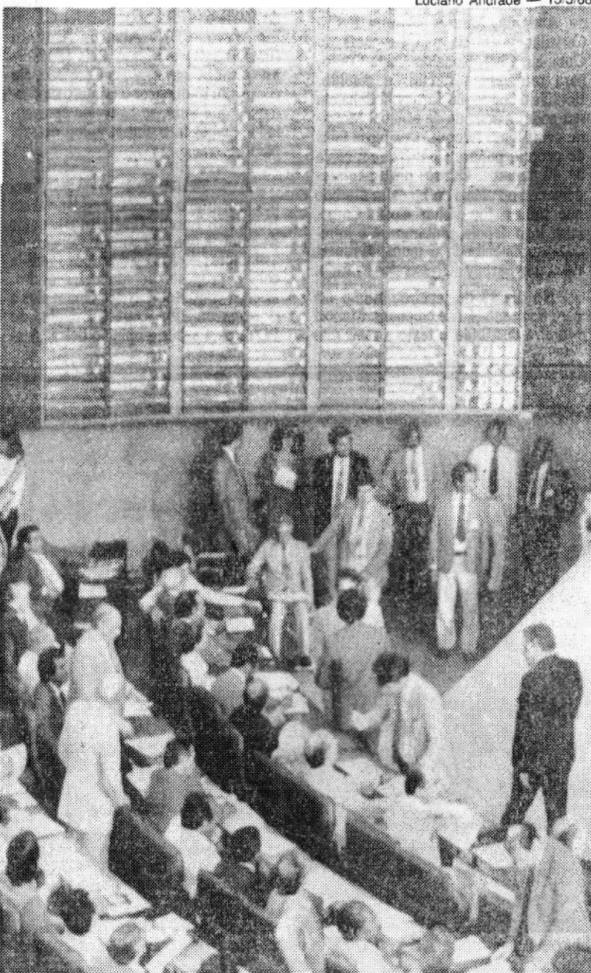
Quando o painel eletrônico mostrou o resultado, o deputado Gerson Peres aplaudiu: "Não passou, não passou." No encaminhamento da votação, o líder do PDS, deputado Amaral Neto disse que seu partido votaria contra, sendo seguido pelo líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, que tem a concessão da rádio Voz do Sertão, em Serra Talhada. Ele orientou o partido a votar contra. Ninguém orientou a votação da bancada do PMDB.

Empresários se conformam com parlamentarismo

BRASÍLIA — "O doutor Ulysses para primeiro-ministro, não". Com essa afirmação, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) puxou ontem pelo braço o senador Albano Franco (PMDB-SE) para dizer que discordava frontalmente da ideia discutida na noite anterior na casa do presidente da Constituinte e que chegou à tarde no plenário da Assembleia com o nome de "parlamentarismo já, com cinco anos para Sarney". No mesmo plenário, Albano Franco era parabenizado como um dos artífices dessa solução, que, em sua opinião, atende os empresários.

Por ter ido antes ao aniversário do deputado Luís Eduardo (PFL-BA), Albano Franco chegou tarde à casa de Ulysses, mas percebeu que já estava a pleno vapor o entendimento para a aprovação do parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney e a transformação de Ulysses em *premier*. No momento em que ele chegava, o deputado José Geraldo (PMDB-MG) sustentava que a adoção do parlamentarismo este ano tem o mérito de tirar boa parcela dos poderes do presidente da República, entregando-se o cargo de primeiro-ministro a um homem mais decidido a solucionar a crise econômica.

"Os empresários não gostam do parlamentarismo, mas aceitam uma fórmula para evitar o impasse", pregou Albano Franco, assumindo um papel fundamental para o que, ao final da reunião, ficou estabelecido como "entendimento". O senador, que também é presidente da Confederação Nacional da Indústria, contou que, numa reunião sexta-feira passada com dirigentes da União Brasileira de Empresários, ficou claro que o maior desejo do empresariado no momento é a busca de um acordo para evitar uma crise institucional.



Quórum será a questão decisiva no fim de semana

Pequenos empresários preferem quatro anos

SÃO PAULO — Há uma tendência entre os empresários de pequeno e médio porte a apoiar um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, conflitante com a posição manifestada há dois dias pelos grandes empresários participantes do Fórum Informal, que apoiam o mandato de cinco anos. "Aquele documento (do Fórum Informal) reflete o pensamento de presidentes de entidades, não das bases que eles representam", afirmou o empresário Bruno Nardini, da Indústria Nardini, que, além de ser um dos organizadores do movimento "Pensamento Nacional das Bases Empresariais" (PNBE), é também diretor-adjunto do Departamento Sindical da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Nardini, assim como Luís Carlos Delben Leite, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Sindimaq) e também coordenador do PNBE, defende um mandato de quatro anos. Para Delben Leite, "se o processo político está conturbado, como dizem alguns para justificar o adiamento das eleições, não serão as eleições que irão conturbar mais, ao contrário, talvez as eleições neste ano permitam até o renascimento das esperanças da população".

O presidente do Sindimaq, porém, ressalta ser favorável a cinco anos para os presidentes que vierem a ser eleitos após Sarney. "Quero quatro anos para Sarney e cinco para os próximos, de acordo com o que dizia o próprio Tancredo", explicou.

Plebiscito — Quanto ao sistema de governo, ele considera o presidencialismo mais indicado, no momento, para o Brasil, já que os atuais partidos e instituições não estão suficientemente fortalecidos para sustentar o parlamentarismo. Bruno Nardini prefere que um plebiscito popular defina qual deverá ser o futuro regime de governo, e aproveita para sugerir a inclusão, nesse plebiscito, da duração do mandato de Sarney. "Se se pode consultar a população sobre o regime de governo, por que não se faz o mesmo para o mandato?", indagou.

Amato — Eleição direta para presidente da República este ano "pode vir a ser uma perturbação maior" para o país, insistiu o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, um dia após a divulgação do documento do Fórum Informal — entidade que congrega associações empresariais contra eleições este ano e a favor da convocação de plebiscito para o sistema de governo.

Constituição, até agora, é parlamentarista

Discretamente, em artigos votados em bloco, sem discussões apaixonadas, com o apoio do *Centraço* sem protestos ruidosos das lideranças do governo, a Constituinte vem tomando diariamente fatias enormes do poder do presidente da República. Tudo o que a nova Constituição é parlamentarista. Ela está prevendo a transferência do atual poder imperial do Executivo para o parlamento. O artigo 59, parágrafo 11, por exemplo, dá ao Congresso Nacional o poder de sustar atos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites



da delegação legislativa. Atualmente, uma simples portaria do Banco Central pode mudar o sistema bancário. O projeto de Constituição que está sendo votado é todo amoldado ao regime parlamentarista. Portanto, se vencer o presidencialismo, o país terá um presidente com poderes limitados e sem as vantagens do parlamentarismo, que lhe permite a dissolução do Congresso. "O projeto de Constituição é todo parlamentarista, na prática estamos aprovando parlamentarismo nos seus detalhes, só nos falta votar formalmente o nome do regime", constata a deputada Sandra Cavalcanti. O cientista político Sérgio Jaguaribe vai mais longe, acha que o país corre o risco, caso seja aprovado o presidencialismo, de ter uma Constituição andrógina: corpo parlamentarista e cabeça presidencialista.

Não se tem ideia de como um presidente da República poderá governar, caso não seja aprovado o parlamentarismo, tendo que, como manda o

artigo 58, submeter ao Congresso ordens de emissão de moeda, ou a fixação e modificação do efetivo militar, entre 12 outras atribuições que hoje são da competência exclusiva do Executivo. Até mesmo o salário do presidente da República será decidido pelo Congresso. Com o parlamentarismo todas estas limitações não causam dificuldades ao Executivo porque o poder é, de fato, exercido pelos representantes do parlamento. Na formação do gabinete, o Congresso escolhe parlamentares que o representem para executar programa de governo, acata com mais facilidade as iniciativas do Executivo ou, se não concordar com elas, muda o primeiro-ministro e todo o ministério.

O curioso é que todo o tratamento que vem sendo dado ao projeto votado até agora inclui a figura do primeiro-ministro como fato consumado. Não se sabe ainda como se poderá desfazer o parlamentarismo da Constituição. O país corre o risco de ter presidencialismo no Palácio do Planalto e parlamentarismo no Congresso.

Pinga-Fogo — daquela frente as reuniões em fins de semana e feriados serão para valer. Começou uma guerra secreta nos bastidores da Constituinte para garantir quórum neste fim de semana. De um lado o senador Mário Covas mandando telegrama a todos os constituintes para pedir que não se ausentem de Brasília, ajudado por telefonemas de Ulysses aos coordenadores de bancada. Do outro,

presidencialistas interessados no adiamento da votação espalhando o boato de que Ulysses decidiu suspender a sessão. O senador Gerson Camata, por exemplo, havia sido convencido pelo deputado Inocêncio de Oliveira a viajar neste fim de semana, mas foi salvo pelo telex de Covas.

Emenda — A Constituição só será emendada mediante proposta de um terço dos deputados ou senadores, do presidente da República ou de mais da metade das assembleias legislativas (nesse caso, por maioria relativa dos deputados estaduais). As emendas serão votadas em dois turnos no Senado e na Câmara e a aprovação exigirá apoio, em cada casa, de três quintos dos parlamentares.